

MEMÓRIA ORAL E IPHAN: FONTES, METODOLOGIA E REFLEXÕES NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Analucia Thompson e Hilário Pereira Filho*

Resumo

Neste artigo são abordadas algumas questões que têm sido recorrentes na elaboração do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural, desenvolvido pelo Programa Memória e Documentação da Gerência de Pesquisa da Copedoc/IPHAN, baseado na metodologia da história oral, tais como: o tratamento de um projeto institucional anterior, desenvolvido na década de 1980 e a problematização da execução de um projeto de história oral dentro de uma instituição de preservação cultural, no que diz respeito a questões éticas, metodológicas e arquivísticas, estas últimas relacionadas ao papel do Arquivo Central do IPHAN e de seu patrimônio documental.

Palavras-chave: História oral. Arquivo. Patrimônio Cultural.

Abstract

This paper addresses some issues that have been recurring in the development of the Memory Oral Preservation of Cultural Heritage Project, developed by the Memory and Documentation Program of Copedoc/ IPHAN, based on the methodology of oral history, such as: the treatment of a previous institutional project, in the 1980s, and the problem of implementing a project of oral history in an institution for cultural preservation, in regard to ethical, methodological and archival issues, the latter related to the role of Central Archive of IPHAN and its documentary heritage.

Keywords: Oral history. Archive. Cultural Heritage.

Os anos 1980 foram estimulantes para o desenvolvimento de estudos no campo da história oral no Brasil. Já em 1975, o Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas criava o Programa de História Oral, que acabou se tornando uma referência na área. No Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a primeira experiência na realização de entrevistas, com a coleta de depoimentos de seus ex-funcionários e de funcionários mais antigos, ocorreu também neste momento.

Se a década de 1980 correspondeu ao momento de transição para o regime democrático no Brasil, a Instituição também passava, nesse período, por mudanças internas que favoreciam a adoção de projetos voltados para a participação mais ampla dos grupos sociais envolvidos. Referimos-nos à chamada “fase moderna”, que se iniciou no final dos anos de 1970, quando a política de preservação do IPHAN foi redirecionada, não somente em relação à adoção de novas abordagens para os bens culturais, como também na forma de lidar

* Historiadora da Copedoc/IPHAN, coordenadora do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural, mestre em Antropologia Social; Historiador, chefe do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, mestre em História Social da Cultura.

com a população envolvida por suas ações, estimulando a participação popular em consultas e debates (FONSECA, 2005). Foi nesse contexto de “abertura” política e institucional que o Projeto Memória Oral/SPHAN-PróMemória¹ foi criado, sendo coordenado pelo Núcleo de Editoração (MARINHO, 2008). Em 1982 foi realizada a primeira entrevista do Projeto com uma das funcionárias mais antigas da Instituição, cuja carreira se confundiu com a própria criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a primeira denominação do IPHAN

Pretendemos, neste artigo, abordar algumas questões que têm sido recorrentes na elaboração do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural (MOP), que está sendo desenvolvido pelo programa Memória e Documentação da Gerência de Pesquisa da Coordenação de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) do IPHAN, baseado na metodologia da história oral. Para isso, vamos fazer referência à experiência anterior realizada na década de 1980 e problematizar a execução de um projeto de história oral dentro de uma instituição de preservação cultural, no que diz respeito a questões éticas, metodológicas e arquivísticas, estas últimas relacionadas ao papel do Arquivo Central do IPHAN e de seu patrimônio documental.

No projeto desenvolvido, naquele período, foram entrevistadas 27 pessoas ligadas diretamente ou indiretamente à Instituição: funcionários, colaboradores (eram professores, estudiosos de temas de interesse da preservação que recebiam por empreitada), membros do Conselho Consultivo. A formação ou atividade profissional dessas pessoas estava ligada a áreas valorizadas pela Instituição: arquitetura, história, museologia, história da arte, restauração. Assim como as regiões de atuação dos entrevistados. De forma geral, eram aquelas pessoas que foram responsáveis pela criação e consolidação das funções atribuídas ao SPHAN, em 1937.

Essas entrevistas foram realizadas de 1982 a 1987 e gravadas em fitas cassetes. Do total, 20 delas foram transcritas e seis publicadas em tiragem restrita para distribuição entre os funcionários da Instituição. A presença, nas entrevistas, de pessoas convidadas e com algum tipo de relação pessoal com o entrevistado foi uma prática comum, embora algumas tenham sido conduzidas somente pela coordenadora do projeto.

A estrutura das entrevistas se baseava em perguntas diretas e curtas, ficando o entrevistado à vontade para tecer seus comentários sem interrupção. As principais questões se referiam ao momento e às circunstâncias da entrada do entrevistado para a Instituição e sua

¹ O SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória compuseram a estrutura do atual IPHAN entre os anos de 1979 a 1990.

experiência na instalação e desenvolvimento das ações de proteção nas regiões ou áreas em que atuava. A leitura dessas entrevistas permite reconhecer um tipo de narrativa, que se refere às origens do trabalho de preservação, trazendo, assim, elementos que podem ser encontrados também em narrativas míticas (THOMPSON,1990; GRELE, 2007), tais como: a criação de algo novo e fundamental em oposição ao caos existente; o enfrentamento de dificuldades, exemplificadas, dentre outras, por inimigos externos, como a cobiça de certos proprietários e empreiteiros até a falta de verbas e infra-estrutura de trabalho; a exaltação da ação extraordinária de indivíduos, como a do primeiro dirigente do Órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade; e , por fim, a vitória sobre as diversidades, o “ter valido a pena”.

O tom memorialista e informal dessas entrevistas apontam para uma concepção naturalista dessas narrativas; o que nos permite relacioná-las à tendência denominada de “arquivística” por Grele (Ibid.), dominante entre os norte-americanos nas primeiras experiências de história oral desenvolvidas no Pós-Segunda Guerra Mundial. Essa tendência encarava como sujeitos somente os entrevistados, relegando ao entrevistador uma posição neutra.

Esse material está na fase final de transcrição para que seja, então, disponibilizado ao público. Em função do caráter informal do projeto, não foram assinadas cessões de direito para usos futuros, e como muitos dos entrevistados já faleceram, surgem algumas dificuldades de caráter ético e legal para tornar públicas essas entrevistas. Se a exigência legal exige o consentimento de herdeiros, eticamente, a realização das revisões das transcrições não poderá ser feita pelos entrevistados. Por outro lado, eles concederam as entrevistas com o intuito de sua divulgação. Essas questões exigem solução que contemple esses problemas.

As seis entrevistas foram publicadas de 1984 a 1994. Segundo relato da coordenadora do projeto, este foi abandonado devido a questões políticas externas, que geraram condições desfavoráveis internamente para continuidade do projeto (MARINHO, op.cit.).

A despeito de mudanças políticas e das praticas institucionais, comum em instituições públicas, como a aposentadoria da coordenadora do projeto na época e a falta de recursos, podemos perceber que a não continuidade das entrevistas foi também condicionada pelo caráter informal, caracterizado pela ausência de um projeto e, mesmo, de planejamento. Esse fato aponta para a necessidade de se constituir um projeto que, ao mesmo tempo em que busque criar fontes para a história da Instituição – e, de forma mais abrangente, da prática e do pensamento da preservação cultural no Brasil - a partir da memória de pessoas que a vivenciaram, esteja sedimentado em metodologia consistente que dê conta, também, da introdução da metodologia da história oral. O processo deve poder relacionar essas

reminiscências a uma proposta teórica que permita a adoção de duas modalidades praticadas pela história oral: a faceta técnica e a faceta metódica (LOZANO, 2006). A primeira se refere à formação de arquivos orais, ou seja, a geração de fontes que ficarão sob a guarda de um arquivo público para consulta, com a finalidade, dentre outras, de servir para futuros trabalhos analíticos. A outra se relaciona ao fazer história oral, tarefa que implica produzir conhecimentos históricos. Segundo Lozano, nessa categoria os pesquisadores orais “colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais”(Ibid.: 23).

Dessa prática inicial herdada e encarada como ponto de partida, foi desenvolvido, no final de 2007, o MOP. Inicialmente, foi realizada uma consulta aos servidores do Órgão para sugestão de nomes a serem entrevistados. A significativa adesão destes funcionários demonstrou seu interesse no desenvolvimento de tal projeto. Resolveu-se, então, iniciar as entrevistas, conservando algumas características da experiência anterior, tais como: a forma das entrevistas (mantendo a presença de convidados contemporâneos aos entrevistados), subordinada, agora, a um roteiro determinado por uma pesquisa previamente realizada; a ênfase na história pessoal associada à trajetória institucional; a intenção de formar fontes orais para dialogar com as escritas já existentes no Arquivo Central do IPHAN.

O projeto atual já realizou quatro entrevistas, utilizando câmara e gravador digitais. As entrevistas estão sendo transcritas e enviadas aos entrevistados para revisão. Somente o que for autorizado por este será disponibilizado nos arquivos do IPHAN e/ou em publicação impressa.

Realizar a história oral de dentro de uma instituição pode suscitar alguns problemas. Em tal situação, a relação entre o pesquisador e o entrevistado é perpassada pela origem institucional de ambos. Se o objetivo é gerar fontes orais para se escrever a história da Instituição, as possibilidades de novas versões poderiam ficar limitadas pelo lugar em que entrevistador e entrevistado estão inseridos. Por outro lado, a possibilidade de romper com a tendência puramente “arquivística”, adotando uma postura que encare o entrevistador também como sujeito participante - como pesquisador -, pode restringir essa limitação. Novas possibilidades podem apresentar-se, a partir da utilização da história oral tematizada, como também, da abertura do projeto para a obtenção de depoimentos de pessoas ligadas a outras instituições de preservação que não somente o IPHAN. Assim, aquilo que Lozano (Ibid.) define como a “faceta metódica” da história oral deve ser incentivado – não significando o abandono da “faceta técnica” – como uma forma de garantir o desenvolvimento de um projeto

sedimentado em preocupações teórico-metodológicas mais consistentes com vistas a potencializar as chances de sua continuidade.

O reconhecimento da importância das questões teórico-metodológicas que estão envolvidas na elaboração de um projeto de história oral não significa afirmar que aquelas, concernentes à preservação do patrimônio documental gerado nesse processo, não sejam também bastante expressivas: o lugar do arquivo é essencial.

Patrimônio documental: (re)pensando práticas e potencializando reflexões

Os mais de setenta anos de atuação no território brasileiro qualificaram o IPHAN como importante órgão público voltado para a política de preservação e valorização da cultura nacional. Inegável reconhecer que as ações de proteger, identificar, registrar, promover e conservar os bens culturais predominaram sobre aqueles denominados ‘materiais’; por outro lado, principalmente nos últimos anos, as expressões tidas como ‘imateriais’ ganharam relevância no cenário do país. Sem entrar no mérito dessa controvertida divisão, a qual cinde de maneira dicotômica as próprias características das expressões patrimoniais, importa destacar que utilizaremos os qualitativos tão somente para facilitar os nossos olhares para o presente artigo.

A princípio, pensemos na classificação ‘patrimônio documental’². Esta última engloba as fontes históricas que remetem, de alguma forma, às múltiplas formas de expressões patrimoniais. Ou seja, há tanto a dimensão material do registro, o qual pode se alternar através dos diferentes suportes físicos – papel, negativo, fotografia e mídias audiovisuais – como a faceta simbólica da imaterialidade, cujos conteúdos transmitidos por um certo documento podem suscitar polifônicas apropriações. Nessa medida, interessa sublinhar que os bens existentes nos arquivos explicitam a riqueza da junção de significados daquilo convencionalmente chamado de ‘patrimônio material’ e ‘patrimônio imaterial’. Enfim, as fontes de arquivos agregam traços tangíveis e intangíveis dos bens culturais, sendo uma das missões finalísticas do IPHAN suas adequadas preservações.

Apesar da conservação, acesso e disponibilização de fontes primárias serem atividades plenamente justificáveis para um público de historiadores, muitas vezes esse tipo de clareza não se faz presente cotidianamente. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, há ainda muitas dificuldades para que as instituições públicas mantenham um nível satisfatório de zelo e de guarda dos documentos gerados a partir das suas próprias atividades. Diante

² Nosso recorte prioriza os arquivos pertencentes ao IPHAN, razão esta que circunscreve o termo ‘patrimônio documental’ às fontes primárias que façam alusão às políticas patrimoniais gestadas pelo órgão federal. Há, também, espaços para os fragmentos documentais que, mesmo não sendo produzidos pelo IPHAN, foram incorporados pelos acervos da instituição por abordarem a temática do patrimônio cultural.

desse quadro adverso, o IPHAN deve publicizar sempre que possível as suas políticas arquivísticas, bem como incentivar o intercâmbio de ideias e alternativas viáveis; tal movimento auxilia, inclusive, o órgão a reavaliar o ‘patrimônio documental’ sob a sua responsabilidade de tutela.

As características dos arquivos do IPHAN variam de acordo com as especificidades das 54 unidades regionais: organizações dos acervos, documentos recolhidos e datas limites são apenas alguns dos aspectos oscilantes. No caso específico do Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, pode-se afirmar que boa parte da história da Instituição se encontra diluída entre as suas séries documentais. Constituído desde a criação do antigo SPHAN, o também conhecido “Arquivo Noronha Santos”³ recolhia fontes primárias de atuação do governo federal na área do patrimônio do país até o ano de 1990. Destacavam-se o perfil probatório da documentação, bem como o apoio fundamental às atividades jurídicas do tombamento e às intervenções nos bens culturais visando às suas respectivas conservações e restaurações (CHUVA, 2005:02).

Os anos 80 trouxeram mudanças no campo da preservação, como já mencionado. Mesmo sem existir uma articulação entre os pesquisadores do Projeto SPHAN/Pró-Memória e o Arquivo Central para incorporar os registros das entrevistas ao acervo de documentos, o simples fato de coletar fontes orais, até então pouco utilizadas pela Instituição, já apontava para a necessidade de expandir os olhares sobre o patrimônio documental do IPHAN.

A referida expansão das fontes não significava uma insuficiência dos registros escritos do Arquivo. Pelo contrário, o acervo da Instituição destaca-se pela variabilidade dos documentos primários: manuscritos, fotografias, mapas, plantas, negativos, recortes de jornais, documentação governamental, desenhos, dentre outros fragmentos que compõem o universo explorado pelos pesquisadores cotidianamente. As fontes distinguem-se entre as diferentes séries documentais, respeitando as divisões territoriais nas quais os bens culturais se situam, bem como indicando as proveniências dos documentos em relação às suas unidades de origens. A possibilidade de incorporação das entrevistas do Projeto Memória Oral revelou-se como bastante instigante, já que enriqueceria ainda mais o acervo do Arquivo Central, além de viabilizar o entrecruzamento de fontes nas novas pesquisas no campo do patrimônio cultural.

³ Os nomes “Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro” e “Arquivo Noronha Santos” são utilizados, indistintamente, tanto por pesquisadores externos como pelos próprios funcionários da instituição. Porém, há a intenção de se formalizar, de maneira mais contundente, a nomenclatura “Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ”, razão esta que motiva a escrita do presente artigo a considerar esse último topônimo.

Imbuídos pela motivação de recuperar as entrevistas e as transcrições realizadas na década de 1980, integrantes da equipe da Copedoc lançaram, no final de 2007, seus olhares para a série ‘Intermediária’⁴ do Arquivo Central. Apesar dessa massa documental que compõe boa parte do acervo da extinta Fundação Pró-Memória estar identificada de forma preliminar, as fitas cassete e as páginas datilografadas com as versões das transcrições permaneciam ocultas para o público frequentador. Interessava, portanto, trazer à tona esses registros valiosos sobre o patrimônio cultural brasileiro, até mesmo porque a história oral tem como um dos seus princípios básicos a “criação para sua utilização”, como em tom de conselho, preconiza Fogerty: “Oral history is created to be used. Restrictions on use should be discouraged and, when inevitable, kept to a minimum” (2007:205). Ademais, o Arquivo Central necessitava de zelar de maneira mais satisfatória com o seu acervo audiovisual, sob o risco das informações ali registradas se perderem a qualquer momento.

Um dos primeiros procedimentos consistiu na passagem das cópias das entrevistas para outros suportes físicos, já que as antigas fitas cassete poderiam se romper. Além disso, o avanço tecnológico das últimas décadas demandava por outros tipos de aparelhos que reproduzisse as entrevistas, uma vez que o tradicional gravador tornou-se obsoleto nos dias atuais. A escolha pela conversão para os CD’s e DVD’s revelou-se como alternativa viável diante do tempo exíguo e das condições financeiras do MOP. Por mais que esses tipos de suportes suscitem dúvidas quanto aos prazos de suas conservações⁵, tal solução representou uma primeira etapa do processo adotado pela Copedoc. Isso porque todas as informações migrarão para um disco rígido externo (HD), cujas características seguirão aquilo “... que existe de mais profissional e seguro para se manter um acervo de arquivos digitais [...] o chamado *Digital Mass Storage System (DMSS)*⁶. Nessa medida, os CD’s e DVD’s serão apenas mais uma das cópias de segurança, além de atenderem às consultas periódicas dos pesquisadores. Além disso, aproveitou-se esse contato com a série ‘Intermediária’ para tratar,

⁴ O campo da Arquivologia resume em três idades os tipos de arquivos: ‘Arquivo Corrente’ abrange os documentos ainda em uso pelas instituições; ‘Arquivo Intermediário’ engloba os registros que já ultrapassaram os seus prazos de validade jurídico-administrativo, sendo necessárias as tabelas de temporalidade para seus respectivos descartes ou suas incorporações ao acervo; e, por fim, o ‘Arquivo Permanente’ que nutre os usos científico, social e cultural dos documentos, tendo como princípio básico a acessibilidade ao público pesquisador (BELLOTO, 2005:24).

⁵ Marco Dreer Buarque alerta para os riscos das perdas de informações nos CD’s e DVD’s, citando uma recente publicação da UNESCO como referencial; o autor salienta que o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) não utiliza os discos óticos como “meios de armazenamento” (2008:07).

⁶ “O DMSS é uma combinação de discos rígidos (HD’s) ‘espelhados’, de modo que, quando um disco falha, toda a informação é migrada para um segundo disco e assim por diante. Além de serem armazenados em HD’s, os arquivos também são copiados para fitas digitais periodicamente, de maneira mais ou menos automatizada”. (Ibid:04).

emergencialmente, a documentação textual que acompanhava as fitas cassete: retiradas de grampos e cliques de metais, utilizações de papéis alcalinos e armazenamentos em caixas cartonadas foram algumas das medidas adotadas.

Importa sublinhar que todo o material do Projeto ‘Memória Oral’ dos anos 1980 estava concentrado em uma parte do Arquivo ‘Intermediário’, denominada ‘Editoração’, correspondendo à origem de sua produção. A partir dos pressupostos básicos de respeito aos fundos arquivísticos, a equipe da Copedoc manteve as fontes agrupadas no mesmo conjunto. Tal medida garante um bom entendimento da procedência das entrevistas e das intencionalidades envolvidas, viabilizando hipóteses de trabalho que podem ser construídas a partir dessas fontes primárias. Os registros orais permaneceram agrupados com o material escrito, favorecendo o entendimento do “contexto de documentação”, de forma a reforçar a importância de estabelecer os contextos em que as entrevistas são concebidas, uma vez que os elementos integrantes desses quadros gerais fornecem boas referências para os estudos (FOGERTY, 2007:198-200). Assim, currículos e relatos dos entrevistados, anotações da coordenadora do projeto, recortes de jornais e as diferentes versões das transcrições foram alguns dos fragmentos recolhidos em meio às antigas fitas cassete. A nova organização proposta pelo Arquivo Central dividiu as fontes primárias a partir dos nomes dos entrevistados, reunindo em cada caixa personalizada os arquivos audiovisuais e os respectivos escritos.

Retornando à questão da importância do uso da tecnologia em prol da manutenção dos acervos, cabe salientar que a preservação dos registros de história oral é ainda mais meticulosa; suportes como fitas cassete, discos compactos e discos externos rígidos são apenas alguns dos materiais que permeiam os cotidianos de arquivistas e historiadores, trazendo constantes e necessárias mudanças (Ibid.:216). Até pouco tempo os documentos audiovisuais não eram muito tratados pelas instituições arquivísticas enquanto formas de patrimônio cultural. Em virtude disso, o autor Marco Dreer historiciza que as discussões envolvendo as conservações das mídias audiovisuais não despontaram com força antes dos anos 1990. Aos poucos, os diferentes arquivos recorreram às padronizações e recomendações no trato desses materiais, tendo na tecnologia da informação como sua grande ferramenta aliada (BUARQUE, 2008:02).

Atualizar-se nos debates sobre as técnicas de conservação dos arquivos sonoros e visuais significa ser um profissional, no campo patrimonial, que se interessa pelo futuro daquilo que foi coletado, evitando os riscos da efemeridade das fontes orais. Por outro lado, há a necessidade da divulgação do acervo, impedindo que o pesquisador-entrevistador seja o

único beneficiário das mensagens gravadas (VOLDMAN, 2006:251). Nessa medida, o Arquivo Central procura adequar-se às novas técnicas de conservação e preservação de acervos audiovisuais⁷, buscando um ponto de equilíbrio entre as condições ideais e os limites do serviço público. Tratar adequadamente as fontes audiovisuais abrange os procedimentos posteriores às entrevistas: duplicação dos arquivos visando às cópias de segurança, registro das informações técnicas em programa de base de dados, elaboração de instrumentos de pesquisa, realizações das tradicionais passagens para as formas escritas (transcrição completa e ‘copidesque’) (ALBERTI, 2005:137), além das escolhas do mobiliário e do material de arquivo adequados para a guarda das fontes do ‘Memória Oral da Preservação’.

As incorporações dos registros orais dos anos 80 e daqueles que surgirão no decorrer do presente Projeto demandam por constantes atualizações. Seja através das inovações tecnológicas, passando pelas pesquisas que se (re)definem em função dos diferentes contextos históricos, seja por meio das entrevistas que suscitarão diferentes leituras a respeito do patrimônio cultural. A constituição de uma nova série arquivística no acervo do Arquivo Central traz à tona um tipo de fonte que apresenta uma acentuada potencialidade, a qual ultrapassa todo e qualquer limite defendido por aqueles mais conservadores. Os registros orais consistem em um ótimo convite aos pesquisadores que pretendem percorrer os meandros do patrimônio cultural, já que agregam toda a riqueza de detalhes que poderiam passar despercebidos pelas fontes escritas.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BUARQUE, Marco Dreer. “Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais”. In *Encontro Nacional de História Oral* (9:2008; São Leopoldo, RS). Anais... Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008.

CHUVA, Márcia Romero. Proposta de reestruturação da Copedoc – 2005. Texto apresentado para a proposta de *Plano Diretor da Copedoc*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005. (mimeo)

FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaina (Coord.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOGERTY, James E. Oral History and Archives: Documenting Context. In Charlton, Thomas L; Myers, Lois E.; Shapless Rebeca (Edit.). *History of Oral History: foundations and methodology*. AltaMira Press: 2007, pp. 197-226.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/IPHAN, 2005

⁷ Fundamental destacar o trabalho de consultoria do Núcleo de Conservação (NUCON) da Copedoc/IPHAN, sob coordenação da especialista Lygia Guimarães.

GRELE, Ronald. J. Oral history as evidence. In Charlton, Thomas L; Myers, Lois E.; Shapless Rebeca (Edit.). *History of Oral History: foundations and methodology*. AltaMira Press: 2007, pp. 33-124.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaina (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006

MARINHO, Teresinha. Entrevista concedida ao Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro:15 de abril de 2009.

THOMPSON, Analucia. *A fábrica de heróis: análise dos livros didáticos de História do Brasil*. Dissertação. Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro. 1990.

VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. In Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaina (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006